

Domingo, 13 de agosto de 2023

Reajuste Salarial 2024: Entre o impasse e as dúvidas, a certeza é a de que temos muita luta pela frente

Na terceira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada na última quinta-feira, 10 de agosto, as entidades que compõem a bancada sindical, cobraram os representantes do Governo Federal a garantia de que haverá recursos para recomposição salarial na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, que tem prazo até 31 de agosto.

RELEMBRANDO

As entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) apresentaram uma proposta de reajuste com toda a recomposição inflacionária histórica desde julho de 2010, que foi dividida em dois blocos. O Sindsprev-PE sempre esteve representado nas mesas através da CNTSS.

No primeiro, o índice de reajuste seria de 53,05% àqueles servidores que tiveram dois reajustes após a negociação da greve de 2015, divididos em três parcelas: 15,25% em 2024; 19,85% em 2025; e 19,85% em 2026 – que contemplaria os servidores do Seguro Social (INSS), da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, a CPST e Anvisa.

Já no segundo bloco, o reajuste seria de 39,82% de aumento aos servidores que tiveram quatro reajustes após a negociação da greve de 2015, também divididos em três parcelas: 11,82% em 2024; 16,29% em 2025; e 16,29% em 2026. Os cálculos consideraram a inflação de 2024 e 2025 em 4% para ambos os blocos.

O QUE FOI DECIDIDO

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou a entidades representativas do funcionalismo e centrais sindicais que a apresentação de uma proposta de reajuste para o conjunto dos servidores do Executivo Federal está condicionada à aprovação do PLP

93/2023, conhecido como 'novo arcabouço fiscal'. Dessa forma, a 3ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) terminou sem nenhum avanço na pauta econômica que tem no centro do debate a recomposição salarial e de benefícios, como auxílio-alimentação e plano de saúde, entre outros.

De acordo com o governo, enquanto não for aprovado um novo sistema, o que prevalece é a regra imposta pela EC 95/16, do Teto de Gastos. Nesse cenário, a possibilidade de reajuste ao funcionalismo se torna inviável, o que ainda segundo o MGI não é o que o governo pretende, mas é a realidade até que o novo arcabouço (PLP 93/23) seja votado.

Sem previsão para definição de uma proposta de percentual de reajuste, as reuniões da MNNP foram suspensas até 1º de setembro. Como há um prazo regimental para que o Executivo envie proposta para o orçamento do próximo ano até o dia 31 de agosto, as entidades sugeriram que na proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA) estejam definidas verbas para recomposição salarial, recomposição de benefícios e reestruturação de carreiras. Com isso, é possível seguir o processo de negociações em busca de consensos sobre os temas centrais em debate na MNNP.

O Sindsprev-PE considera que esta decisão do Governo representa uma frustração para o conjunto dos servidores federais que aguardam há muito tempo para terem reajuste salarial e correção nos benefícios sociais como Saúde e auxílio-alimentação. Vamos fazer pressão sobre os parlamentares, pois todas as negociações têm que ser aprovadas no Congresso Nacional. A luta está só começando!